

O PEC:2007-2011, ou a negação da ciência económica

A actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento que o governo enviou à C.E. é um documento contraditório. Na 1ª parte, reconhece que a crise financeira internacional conduziu a um aumento da incerteza; que as condições de acesso ao crédito tornaram-se mais restritivas; que os efeitos de desaceleração sobre a actividade económica possam ser mais fortes em 2008; que o investimento e as exportações deverão abrandar nas economias europeias; que o preço do petróleo deverá manter-se em alta; etc. Mas na 2ª parte prevê um cenário que, em 2008, o preço do barril descerá dos actuais 100 para 81 USD; que a taxa de juro diminuirá dos actuais 5,5% para 4,4%; que as exportações crescerão mais que a procura externa; que a inflação descerá para 2,1% quando ela está a aumentar. A nível de objectivos e medidas, o cenário de previsível agravamento em 2008 é ignorado, prevendo uma taxa de aumento da FBCF superior em 3 vezes à de 2007, e uma aceleração de crescimento económico em contraciclo com a U.E.. E isto apesar de reconhecer na parte dedicada a “análise de sensibilidade” que basta um aumento de 1 pp na taxa de juro e de 20% no preço do barril de petróleo previstos, o que já se verificou neste momento, para a taxa de crescimento de 2,2% prevista baixar para 1,65%. Os avisos e as medidas já tomadas pelas entidades monetárias (BP, BCE, Fed) são ignoradas.

O governo insiste na redução do défice para além dos compromissos assumidos inicialmente com a CE diminuindo assim a sua capacidade de intervenção para enfrentar uma situação de quase certo agravamento em 2008.

Para conseguir isso prevê, no período 2008-2011, uma redução da despesa pública de 25.800 milhões de euros, sendo 85% de despesas de pessoal, o que só pode ser conseguido através de milhares de trabalhadores ou despedidos, ou colocados na Situação de Mobilidade Especial ou aposentados prematuramente, e ainda por meio da continuação da redução das remunerações reais. Em relação à Segurança Social, onde se prevêem também “poupanças”, interessa recordar que o governo, em 2005, apresentou um relatório onde previa défices elevados a partir de 2006 (-150M€ em 2007; - 250M€ em 2008, etc.), tendo aprovado com base nele “reformas” que vão determinar reduções significativas das pensões (- 40% segundo a OCDE) mas, mesmo antes da entrada em vigor dessas medidas, a Segurança Social tem apresentado excedentes superiores a 700 milhões € por ano, o que prova a inconsistência técnica do relatório. Para reduzir a despesa, o governo reduziu nos últimos 9 meses em 42 mil os desempregados a receber subsidio, apesar do crescimento do desemprego.

Recorre também à desorçamentação de facto de que são exs. mais de 800 milhões € de prejuízos acumulados nos Hospitais EPE que não são considerados no cálculo do défice; mais de 1.600 milhões € de despesas de pessoal anuais dos Hospitais EPE que não são contabilizados nas despesas de pessoal do Estado; e, entre 2006 e 2007, o financiamento das infra-estruturas públicas pelo OE, executadas pelas Estradas de Portugal, REFER, CP e ML , diminuiu em 14% (em 2007, 496M€), enquanto o financiado por receitas próprias das empresas, ou seja, pelos utentes através de acréscimos nos preços e nas portagens, quase triplicou (passou de 489 M€ para 1.209 M€). Este aumento significa que os portugueses pagam duas vezes (impostos + portagens) o mesmo serviço mas assim o governo reduz o défice.

Eugénio Rosa
Economista – edr@mail.telepac.pt